



QUEIXA ESCOLAR: ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA À LUZ DA PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA E DOS PRINCÍPIOS TÉCNICOS DA ORIENTAÇÃO À QUEIXA ESCOLAR (OQE)

Aline Eleuterio Matos; Danieli de Cássia Barreto Goessler;
Elisana Marta Machado Souza e Laura Rafaella Ramos Silva
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2021





SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	A psicologia escolar crítica e a queixa escolar	6
3	Princípios fundamentais da “Orientação à Queixa escolar”	9
4	Procedimentos	13
5	Resultados e discussão	15
5.1	Caracterização dos artigos encontrados	15
5.2	Caracterização dos artigos da Psicologia e da Educação nas perspectivas não crítica e crítica	20
5.2.1	A queixa escolar enquanto objeto de investigação: alguns apontamentos	23
5.3	Relatos de experiência/intervenção à luz da Orientação à Queixa Escolar (OQE)	30
6	Considerações finais	37
7	Referências	39



RESUMO

A queixa escolar é um fenômeno que vêm sendo amplamente discutido na Psicologia Escolar e Educacional, em vista de problematizar e superar concepções e práticas profissionais tradicionais que individualizam e compreendem as queixas advindas da escola desconectadas da realidade histórica e social das pessoas envolvidas. Neste percurso, a Orientação à Queixa Escolar surge como uma possibilidade de transformar o atendimento psicológico de quem passa por sofrimentos e/ou dificuldades no processo de escolarização. Diante da potencialidade dessa abordagem, nos indagamos sobre o impacto das contribuições tanto da Psicologia Escolar Crítica como da OQE na produção científica relacionada à queixa escolar. O objetivo geral foi caracterizar a produção científica relacionada ao tema, bem como refletir sobre as apropriações da Psicologia Escolar Crítica e dos princípios da OQE nesta produção. Por meio de um estudo bibliográfico, foram selecionados artigos publicados em revistas indexadas na base de dados SciELO Brasil - *Scientific Electronic Library Online*, sem filtro temporal. Os artigos foram caracterizados, categorizados e analisados na perspectiva crítica da psicologia escolar e, aqueles que trataram de intervenções com referências à OQE, foram analisados à luz de seus princípios. A análise dos 63 artigos encontrados permitiu concluir que houve um aumento de produção de conhecimento científico a partir de 2005, com oscilações, sendo o período de maior produção de 2005 a 2015. Quanto aos artigos selecionado para a análise da área da Psicologia e Educação, houve predominância de artigos considerados críticos (n= 39, 76,4%) em relação aos não críticos (n=12, 23.5%); 95% faziam menção à perspectiva crítica da psicologia escolar e 50% deles assumiram explicitamente aproximações e/ou citaram a obra “Orientação à Queixa Escolar” em suas referências. De forma divergente à encontrada em outros levantamentos, as publicações analisadas a respeito da queixa escolar como objeto de investigação preocuparam-se em reiterar a necessidade de entendê-la de forma ampliada e crítica incluindo questões escolares como possíveis produtoras e mantenedoras do fracasso escolar. Dos relatos de intervenção, constatamos que grande parte contempla os princípios técnicos da OQE, indicando a possibilidade de diferentes manejos desses princípios enquanto constructo teórico-prático para espaços diversos em que haja atenção à queixa escolar.

Palavras-chave: Queixa Escolar. Psicologia Escolar. Orientação à Queixa Escolar.



1 INTRODUÇÃO

A escrita deste trabalho se delinea diante das diversas reflexões sobre a queixa escolar que surgiram durante o curso em Orientação à Queixa Escolar¹ e reiteraram a importância de pensá-la em sua totalidade, compreendendo que as queixas escolares não são originárias de dificuldades individuais de crianças e adolescentes, mas se constroem dialeticamente na realidade social, histórica e concreta dos indivíduos.

A edição 2021 do curso de atualização Orientação à Queixa Escolar (OQE), em função da crise sanitária de COVID-19 que impôs a impossibilidade de realização do curso em sua forma presencial, foi oferecido de maneira remota, o que imprimiu uma característica peculiar ao possibilitar o encontro de nove psicólogas e um psicólogo de várias regiões do país com experiências diversificadas e um interesse comum: de conhecer os fundamentos, aprofundar os princípios e refletir sobre as possibilidades da OQE diante da necessidade de se (re)inventar frente aos desafios sanitários, políticos, sociais e econômicos acentuados pela pandemia.

O conteúdo programático do curso gravitou em torno de temas pungentes no tocante à Psicologia e os processos de escolarização, como: funcionamentos escolares e a produção do fracasso escolar; olhares críticos à escola e reflexões sobre outras possibilidades; reflexão crítica quanto à razão subjacente ao uso dos testes psicológicos, fundamentos de uma avaliação interventiva e importância para a OQE; apontamentos sobre o material escolar e sua análise; discussões sobre a educação medicalizada, humilhação social e racismo, confinamento da vida e a natureza nas práticas em Saúde Mental e Educação; e intervenções institucionais da Psicologia Escolar.

Além das discussões teóricas, o curso prevê a realização de um atendimento em OQE com supervisão didática através do qual foi possível vislumbrar os princípios, o processo de

¹ O curso de atualização em “Orientação à Queixa escolar” é oferecido, desde 2001, pela Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Ms. Beatriz de Paula Souza e a responsabilidade da Prof. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza.



atendimento psicológico nessa modalidade, bem como seus resultados. Ainda, em coerência com a perspectiva de uma educação emancipadora, foi-nos proposta a elaboração de um artigo que, em conexão com os temas abordados, sintetizasse as aprendizagens e expandisse os saberes.

Considerando que a realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e no acesso aos bens culturais, impõe complexidade e dramaticidade aos fenômenos educacionais, a Psicologia Escolar e Educacional se vê diante do desafio da ruptura e questionamento dos modelos clínicos e medicalizantes, reconhecendo os contextos múltiplos e diversos nos aspectos presentes na constituição de uma queixa escolar.

Em uma perspectiva crítica, mobiliza-se a reflexão constante de práticas e suas implicações na rede envolvida no processo de escolarização, conhecendo a realidade e suas limitações e, principalmente, as potencialidades para se pensar em ações articuladas com a comunidade escolar na melhoria do ensino. Afinal, estamos construindo uma Psicologia Escolar a serviço de quê? Para quem?

A OQE, enquanto proposta, nasceu da necessidade de uma abordagem de atendimento psicológico que rompesse com as práticas, até então vigentes, que consideravam a problemática escolar como determinada por fatores individuais, sem a investigação dos fatores institucionais e relacionais do contexto escolar (SOUZA, 2006).

Assim, diante da potencialidade dessa abordagem, indagamos: em que medida as discussões propostas pela OQE nortearam a produção científica relacionada à queixa escolar? E o que se pode afirmar em relação à apropriação das contribuições da Psicologia Escolar Crítica? Os estudos que sinalizam a utilização do aporte teórico-metodológico da OQE contemplam seus princípios em suas ações?

O presente artigo se inscreve na tentativa de responder a essas questões mediante a realização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, tendo como base revistas indexadas na Scielo Brasil sem filtro temporal sobre queixa escolar. Os artigos selecionados foram categorizados e analisados na perspectiva crítica da psicologia escolar e aqueles que trataram de intervenções/experiências com referências à OQE foram analisados à luz de seus princípios.



OBJETIVO GERAL

Caracterizar a produção científica relacionada à queixa escolar, bem como refletir sobre as apropriações da Psicologia Escolar Crítica e dos princípios da OQE nesta produção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a produção científica sobre a queixa escolar considerando área de concentração, localização (Revista), ano e tipo de publicação;
- Classificar os artigos considerando a definição de Souza, Silva e Yamamoto (2014): perspectivas críticas e não críticas;
- Identificar e analisar os relatos de intervenção/experiência à luz dos princípios técnicos da OQE (SOUZA, 2007);
- Refletir sobre as apropriações das contribuições da Psicologia escolar crítica e da OQE nas publicações de perspectiva crítica sobre a queixa escolar;



2 A PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA E A QUEIXA ESCOLAR

No campo da Psicologia Escolar e Educacional, a queixa escolar tem sido um fenômeno amplamente discutido a fim de problematizar e superar concepções e práticas profissionais tradicionais que individualizam e compreendem as demandas advindas da escola desconectadas da realidade histórica e social das crianças e adolescentes envolvidos. No território escolar, é recorrente a perda do lugar da singularidade de modos de aprender e se comportar, onde a diversidade que compõe o processo de escolarização é vista como um problema a ser solucionado por profissionais da educação e/ou saúde.

Historicamente, as dificuldades de estudantes no processo de escolarização foram compreendidas por meio de estudos psicométricos no final do século XIX e também de teorias críticas que buscaram a compreensão contextualizada sobre tais questões (LEONARDO; LEMES; FACCI, 2016). Neste processo, durante muitos anos, as “dificuldades de aprendizagem” e os “problemas de comportamento” se constituíram como demandas produzidas e que emergiram enquanto problemas intelectuais e afetivos individuais, quer seja das próprias crianças e adolescentes ou de suas famílias. No momento em que não há correspondência às expectativas socialmente vigentes de aprendizagem e comportamentos, preconiza-se a individualização, a psicologização e biologização dos processos sociais, em que estudantes são encaminhados para psicoterapias ou para outros profissionais, sustentando a ideia de que estes são os únicos responsáveis pelas dificuldades que vivenciam (SOUZA, 2007).

Estes encaminhamentos derivam em um elevado número de diagnósticos elaborados por profissionais da Psicologia os quais, recorrentemente, utilizam modos de avaliação psicológica que foram construídos por matrizes teóricas que prezam pela adaptação do sujeito ao seu contexto social a fim de manter o *status quo* (FACCI; LEONARDO; SOUZA, 2019). Nessa esteira, a psicomетria encontrou no campo educacional solo fértil para a utilização de



testes psicológicos como oportunidade para justificar cientificamente as dificuldades encontradas no processo de escolarização. A utilização indiscriminada de testes em uma sociedade de classes tem uma função ideológica de ignorar os múltiplos determinantes da queixa escolar, justificando as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Como regra, o exame psicológico conclui pela presença de deficiências ou distúrbios mentais nos alunos encaminhados, prática que terá resultados diferentes em função da classe social a que pertencem: em se tratando de crianças da média e da alta burguesia, os procedimentos diagnósticos levarão a psicoterapias, terapias pedagógicas e orientação de pais que visam a adaptá-las a uma escola que realiza os seus interesses de classe; no caso de crianças das classes subalternas, ela termina com um laudo que, mais cedo ou mais tarde, justificará a exclusão da escola (PATTO, 1997, p. 47).

Assim, neste cenário em que “a sociedade capitalista tem interesse em manter a crença de que distúrbios e doenças são a causa das dificuldades escolares, eximindo, dessa forma, os governantes de responsabilidade de incentivar e financiar a educação” (LEONARDO; LEMES; FACCI, 2016, p. 277) na tentativa de “encaixotar” os estudantes em um único modo de aprender e de se comportar, perde-se a promoção de transformações e experiências significativas para todos os envolvidos nessa trama escolar.

Para promover rupturas nesta lógica que ignora dimensões políticas no processo de avaliação da queixa escolar, é necessário pensar na complexidade do processo de escolarização e perceber o estudante diante das suas potencialidades. Assim, na contramão dessa visão reducionista, a queixa escolar é repensada a partir de uma perspectiva crítica de atuação, sendo imprescindível considerar que

as dificuldades de leitura, escrita e comportamento, apresentadas pela escola como oriundas da criança, de sua família ou da classe social à qual a criança pertence, precisam ser compreendidas a partir de novas bases: a de que tais dificuldades dos estudantes expressam dimensões pedagógicas, relacionais, institucionais, culturais e políticas do processo de escolarização que precisam ser esclarecidas e enfrentadas (LESSA; SOUZA, 2019, p. 248).

Nesse sentido, os encaminhamentos de estudantes para atendimentos especializados e que expressam dificuldades vivenciadas no processo de escolarização devem ser entendidos como queixas escolares (SOUZA, 2008), culminando em um processo reflexivo que



problematize as questões da ordem da escolarização. Esse conceito expressa o olhar crítico dos fenômenos escolares que permite uma interpretação que não seja calcada apenas nos estudantes encaminhados com problemas no processo de escolarização, mas que os perceba enquanto uma expressão da demanda escolar.

Por muitas décadas, foram construídas críticas sobre a perspectiva teórica tradicional que subsidiava o serviço de psicólogos/as escolares e, nesse momento, estamos diante a necessidade de criar possibilidades em termos de contextos práticos para a atuação na interface psicologia e educação. Conforme propôs Meira (2000, p.58) no despontar deste milênio: “um caminho possível para esse avanço pode ser delineado se tomarmos como nosso objeto de estudo e atuação não o indivíduo, e nem tampouco o processo educacional, mas sim o encontro entre o sujeito humano e a educação”.



3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA “ORIENTAÇÃO À QUEIXA ESCOLAR”

A OQE trata-se de uma proposta teórico-prática criada pelo serviço de psicologia escolar da Universidade de São Paulo, considerada uma forma de atendimento clínico, breve e focal que se utiliza da interface psicologia e educação, e pauta-se na compreensão crítica dos fenômenos escolares (SOUZA, 2006).

A OQE surge como uma alternativa às atuações de cunho institucional “que não dão conta de sofrimentos e fracassos individuais que, embora atravessados pela instituição, permanecem cristalizados” (SOUZA, 2007, p.97), enfatizando, dentre tantas contribuições, um olhar que “aprofunde a compreensão das relações em que o indivíduo e instituição se constituem mutuamente, cuidando de não negar nem a um, nem a outro” (Ibidem, p. 97). A OQE emerge a partir de uma necessidade evidenciada por uma “lacuna no conhecimento do Serviço e da Psicologia Escolar: o atendimento às queixas escolares no âmbito da clínica com foco no indivíduo e sua relação com a instituição escolar” (p.99).

Nesse sentido, a abordagem preconiza a necessidade de considerar os elementos escolares como centrais para a compreensão das queixas escolares, para além dos aspectos familiares tradicionalmente investigados nas práticas clínicas e, também, evidencia a importância de compreender o/a estudante nas dimensões sociais, reconhecendo a escola como imbricada nas queixas (SOUZA, 2006) e, desse modo, considera a queixa escolar como um fenômeno constituído nas dimensões institucionais e relacionais nas escolas e na sociedade (LIMA et al, 2014). Toassa (2009) reforça que a OQE “faz-nos ver que uma atuação, mesmo clínica, em psicologia escolar, não precisa ser apolítica nem tecnicamente distante da escola” (p.167)

A proposta da OQE encontra-se ancorada em três princípios técnicos fundamentais. Constituídos como parâmetros para o desenvolvimento de uma atuação baseada na perspectiva, tais princípios são orientativos das ações desenvolvidas no processo de atendimento à queixa escolar:



a. obter e problematizar as versões de cada participante da rede (criança, família e escola); b. promover a circulação das informações pertinentes e integração ou confronto das mesmas dentro dessa rede, propiciando releituras e buscando soluções conjuntamente; c. identificar, mobilizar e fortalecer as potências contidas nessa rede, de modo a que esta passe a movimentar-se no sentido da superação da situação produtora da queixa (SOUZA, 2006, p. 314).

Considerando tais princípios, espera-se que uma intervenção que se pautar na perspectiva da OQE tenha procedimentos metodológicos que incluam a escuta ativa do estudante, familiares/responsáveis e escola, com o cuidado de que a participação escolar envolva professores/as que tenham contato com o atendido e outros protagonistas, como: coordenadores/as, orientadores/as, diretores/as, a depender da configuração da queixa escolar. Além disso, faz-se importante que as estratégias para compreensão da queixa e intervenção sejam construídas coletivamente com os/as envolvidos/as e se configurem de forma a tornar essa rede independente e autogestionada (SOUZA, 2006; 2007).

Rompendo com as práticas tradicionais de atendimento às queixas escolares, a OQE busca desvelar as potencialidades do sujeito atendido (estudante) para além das dificuldades que originaram a queixa e é possível apreender da abordagem a importância de que os diferentes participantes da relação escola-estudante-família percebam tais potencialidades.

Na entrevista com pais/responsáveis e estudante, a investigação perpassa por um trajeto singular e personalizado, com questionamentos que façam sentido para compreender a queixa escolar como fenômenos constituídos nas dimensões institucionais e relacionais na escola. Assim, não há ênfase em questões individuais e de desenvolvimento, mas sim na compreensão das relações entre estudante-escola e vivências do espaço escolar e aprendizagem (SOUZA, 2006; 2007).

Ainda, na escuta da família, procura-se não responsabilizar unicamente a figura materna para participar desses momentos. Na OQE “valorizamos a presença do pai, sempre que possível, dado que a tendência ainda é, apesar de todas as conquistas feministas das últimas décadas, a vinda apenas da mãe” (SOUZA, 2007, p. 104), sendo comum a convocação de outras pessoas importantes da dinâmica familiar, independentemente da posição em que ocupam.



A OQE não pressupõe a existência de um protocolo pré-definido de atendimentos, instrumentos ou intervenções, pois considera a individualidade de cada atendido/a. Ainda, crianças e adolescentes que participam do processo são informadas/os sobre a sua queixa e, durante os atendimentos, são instados a pensar sobre ela, trazer suas versões e problematizá-las buscando possíveis saídas (SOUZA, 2007).

Assim, a perspectiva da OQE compreende o/a atendido/a como protagonista durante o processo e, cabe à/ao psicóloga/o “investigar o que entendemos pertinente por meio da *observação e interação com a criança dentro de uma relação de acolhimento, confiança e aposta em sua capacidade*” (SOUZA, 2007, p. 108, grifo da autora). Sem a necessidade do uso de testes psicológicos, durante os atendimentos, são utilizados diversos recursos, como: jogos, brinquedos, livros, materiais escolares, materiais expressivos (lápiz de cor, giz de cera, tinta guache, dentre outros). O uso e exploração desses materiais escolares permite entrar em contato com diversos aspectos da vida escolar da criança/adolescente (SOUZA, 2007).

No processo de compreensão da queixa escolar, a OQE busca ressaltar o histórico escolar e as trajetórias de escolarização desse sujeito. Busca, também, colher as versões escolares, ressaltando a importância de ouvir quem na dinâmica escolar está próximo ao estudante, o conhece.

De acordo com Souza (2006):

[...] no processo de marcação desse encontro, procuramos garantir a presença do professor na qualidade daquele que lida diretamente com a criança no dia a dia escolar. Esse cuidado se deve à prática comum das escolas de restringir o contato à coordenação pedagógica” (p. 317).

Como forma de garantir a articulação com a instituição e a continuidade nos desdobramentos para a resolução da queixa escolar, as figuras de gestão escolar também participam dos momentos de conversa. A relação com a escola e psicólogo/a se constitui de forma horizontal sem pressupor superioridade entre os saberes (psicologia x escola), possibilitando acompanhamento e compartilhamento de versões. Essa relação horizontal também é estabelecida nos contatos com estudante/familiares mediante valorização dos saberes trazidos por eles (SOUZA, 2007).

Além disso, Souza (2006), rompendo com as intervenções tradicionais em psicologia escolar, preconiza que o processo de atendimento não se divida em diagnóstico e intervenção.



Considera-se a potência dos primeiros encontros pois, numa concepção de estreita articulação entre compreensão-atuação já se delineiam intervenções que impactam a queixa trazida. Ressalta-se, também, a prática de atendimentos em grupo com estudantes/familiares como uma forma de não enfatizar a queixa escolar como uma demanda individualizada permitindo a troca e circulação de saberes entre os/as atendidos/as e possibilitando reflexões a respeito da característica multideterminada do fenômeno, que comunga muitos aspectos inter-relacionais e sociais (SOUZA, 2006).

Por fim, como fechamento do processo, a OQE prevê a realização de um encontro com a criança/adolescente e os responsáveis de maneira conjunta ou de forma separada. Nesse momento, é possível fazer uma releitura do caso através de novas informações, potencialidades e perspectivas construídas ao longo do processo de OQE.

À guisa de conclusão, é possível afirmar que a OQE, enquanto abordagem, ressalta a relação existente entre os estudantes e as instituições, bem como a rede de relações existentes no contexto da queixa escolar. Além disso, busca compreender o processo de escolarização em seus desafios e potencialidades, a partir de uma práxis que possibilita mobilizar, afetar, se encontrar com o outro e superar a lógica individualizante da produção do fracasso escolar, promovendo o estranhamento daquilo que está dado *a priori* sobre os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes na escola, possibilitando a aquisição de novos significados e sentidos em relação ao que está sendo vivenciado por elas (SOUZA, 2007).



4 PROCEDIMENTOS

Inicialmente realizamos um levantamento de artigos publicados em Língua Portuguesa na base de dados de acesso livre “SciELO Brasil” - *Scientific Electronic Library Online* - utilizando os seguintes descritores com e sem aspas: queixa escolar e queixas escolares. Em seguida, a partir da leitura dos resumos, excluímos as publicações que não atendiam ao tema de interesse do levantamento e caracterizamos os demais artigos considerando os seguintes aspectos: área de conhecimento, revista, ano de publicação e modalidade de estudo (revisão teórica/ensaio, artigo de revisão bibliográfica, resenha, relato de estudo de campo, relato de intervenção/experiência).

Selecionamos para análise, na integralidade, as publicações das áreas *Psicologia* e *Educação* e as classificamos em duas categorias: artigos com *perspectiva crítica* e artigos com *perspectiva não crítica* segundo os critérios que Souza, Silva e Yamamoto (2014) utilizaram na pesquisa sobre a atuação do/a psicólogo/a na rede pública de educação de Minas Gerais. Assim, os artigos *críticos* apresentam “reflexão sobre o contexto escolar e o trabalho docente e uma atuação voltada para a relação ensino-aprendizagem e não para aspectos individuais do aluno” (Ibidem, p. 124), enquanto os artigos *não críticos* se baseiam “em uma concepção individualizante das questões escolares, voltadas para a adaptação dos alunos à escola e para a compreensão dos seus aspectos emocionais, pautadas pela identificação e o atendimento das dificuldades de aprendizagem” (Ibidem, p. 124).

Após verificarmos a proporção dos trabalhos críticos e não críticos, realizamos uma classificação quanto aos principais temas abordados. Por fim, dentre as publicações incluídas na *perspectiva crítica*, selecionamos dois grupos de artigos para uma análise pormenorizada das suas contribuições: os que indicavam *a queixa escolar como tema central* e os *relatos de experiência/intervenção em OQE*. Nesse processo, nosso interesse voltou-se, especialmente, por compreender quais artigos sinalizam a utilização do aporte teórico-metodológico da



Psicologia Escolar Crítica e da OQE e, também, se os relatos de intervenção em OQE encontrados contemplavam os seus princípios em suas ações².

² Buscamos verificar menção à coletânea “Orientação à Queixa Escolar” (SOUZA, 2007). Essa obra, consonante com as contribuições da Psicologia Escolar Crítica, conforme descreveu (TOASSA, 2009, p.167), “sintetiza uma das propostas teórico-práticas criadas no Serviço de Orientação à Queixa Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (SePE-IPUSP)”. Composta por 18 capítulos elaborados pela própria Beatriz de Paula Souza - psicóloga do SePE-IPUSP - e por ex-alunos ligados e docentes do IPUSP (TOASSA, 2009), a referida coletânea teve por objetivo sistematizar os conhecimentos abordados no curso de atualização, suas propostas e instrumentais, dada a grande procura pelo curso.



5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização dos artigos encontrados

Conforme proposto, realizamos um levantamento de artigos publicados entre os anos 2001 a 2021 em Língua Portuguesa na base de dados de acesso livre “SciELO Brasil” - *Scientific Electronic Library Online*. Porém, devido ao interesse em precisar o ano em que se iniciaram as publicações científicas sobre o tema e, também, em que momento os artigos passaram a indicar apropriação da “Orientação à Queixa Escolar”, empreendemos uma nova busca sem recorte temporal e obtivemos um total de 74 publicações, pouco mais de 10% da quantidade de artigos obtidos no levantamento da produção dos últimos vinte anos. Desse modo, resolvemos analisar os resultados da busca sem filtro de data de publicação por considerarmos a possibilidade de demarcar de forma mais precisa a produção científica sobre o tema.

Após a eliminação de duplicidades, ficamos com 69 artigos encontrados e dentre estes excluímos 6 artigos que não abordavam a “queixa escolar” por estarem relacionados a outras queixas de ordem física/orgânica, objeto de outras áreas de conhecimento. Na Tabela 01 apresentamos os dados dos 63 artigos segundo a área de conhecimento.

Tabela 01 – Área de conhecimento dos estudos encontrados “SciELO Brasil” - Scientific Electronic Library Online

Área de Conhecimento	Quantidade	%
Psicologia	46	73,0%
Fonoaudiologia	9	14,3%
Educação	5	7,9%
Medicina/Neurologia	2	3,2%



Psicopedagogia	1	1,6%
Total	63	100

Fonte: elaboração própria com base nas informações no Scielo Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021.

Com base na categorização por área de conhecimento dos estudos, foi possível identificar que grande parte deles (73%) está relacionada à Psicologia, seguindo por 14,3% à fonoaudiologia, 7,3% à educação, 3,2% à medicina e 1,6% à psicopedagogia. Nesse item, chamou-nos à atenção o quantitativo de estudos relacionados à psicologia em comparação à educação, este último, inclusive inferior ao produzido na área de conhecimento da fonoaudiologia.

Em um balanço de produção científica realizado sobre dificuldades de aprendizagem em teses e dissertações disponibilizadas no portal da CAPES do período de 1987 a 2010, Bueno (2013) encontrou resultado diverso, existindo uma maior concentração dos estudos na área de Educação, seguido pela Psicologia e outras áreas da saúde. Bueno (2013) indicou em suas análises que os altos índices de estudos concentrados na Psicologia e outras áreas da saúde poderiam indicar um movimento de terceirização dos problemas relacionados ao baixo desempenho escolar, em especial, a preferência por fatores individuais para analisar esse processo.

Em nosso levantamento, a área de maior concentração é a da psicologia seguida pela fonoaudiologia, o que nos indica o quanto ainda existe a configuração da psicologia como campo de conhecimento que reproduz a patologização e individualização dos fenômenos, herança do próprio histórico da inserção da psicologia na educação que discutiremos mais adiante ao detalhar os estudos em perspectivas críticas e não críticas. Outra possível explicação para a maior concentração de estudos na área de conhecimento da psicologia é que, diferentemente do estudo de Bueno (2013), utilizamos os descritores “queixa escolar/queixas escolares” por ser uma expressão muito utilizada na Psicologia Escolar Crítica, o que pode ter levado a esse resultado.

Com essa maior concentração de estudos na Psicologia em detrimento da Educação, percebemos que as discussões sobre os fenômenos educacionais ainda não alcançaram os



profissionais da educação, reiterando o desafio de estabelecer diálogo com estes educadores, contribuindo, assim, para a desconstrução da psicologização da educação.

Em relação aos periódicos em que esses estudos foram indexados, apresentamos os resultados da Tabela 02.

Tabela 02 – Identificação dos periódicos dos artigos encontrados “SciELO Brasil” - Scientific Electronic Library Online

Nome do Periódico	Quantidade	%
Psicologia Escolar e Educacional	20	31,7
Psicologia: Ciência e Profissão	8	12,7
Estudos de Psicologia (Campinas)	6	9,5
Revista CEFAC	5	7,9
Psicologia em Estudo	5	7,9
Estudos em Psicologia (Natal)	3	4,7
Psicologia: teoria e pesquisa	2	3,2
Pró Fono R. Atualizal.	1	1,6
Arq. Neuro Psiq.	1	1,6
Rev. Saúde Pública	1	1,6
Rev. Bras. de Educação Especial	1	1,6
Rev. Bras. de Otorrinolaringologia	1	1,6
Paidéia (Ribeirão Preto)	1	1,6
Educação e Pesquisa (online)	1	1,6
Psicologia: Reflexão e Crítica	1	1,6
Educar em Revista (online)	1	1,6
Revista de Psicologia (online)	1	1,6
Educação e Realidade (online)	1	1,6

Fonte: elaboração própria com base nas informações no SciELO Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021.

Tabela 02 – Identificação dos periódicos dos artigos encontrados “SciELO Brasil” - Scientific Electronic Library Online

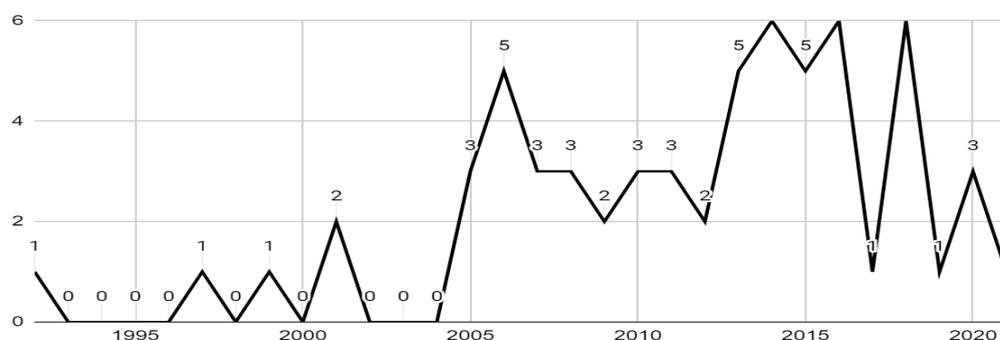


Nome do Periódico	Quantidade	%
Revista Bras. de Educação (online)	1	1,6
Psicologia USP (online)	1	1,6
Rev. da Soc. Bras. de Fonoaudiologia	1	1,6
Total	63	100

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, a revista que reúne a maior quantidade de artigos referentes à queixa escolar é a Revista Psicologia Escolar e Educacional com 31,7% dos artigos. Com 12,7% e 9,5% encontramos as revistas “Psicologia Ciência e Profissão” e “Estudos de Psicologia”, respectivamente. As revistas “Cefac” de fonoaudiologia e “Psicologia em estudo” respondem por 7,9% das publicações cada, enquanto as revistas “Estudos em Psicologia (Natal)” e “Psicologia: Teoria e Pesquisa” respondem por 4,7% e 3,2% respectivamente. As demais revistas contam com 1 publicação cada, totalizando 20,8%. As revistas de psicologia em geral concentram 74,6% das publicações, seguidas pelas revistas de fonoaudiologia com 11,1%, de educação 9,5% e outras áreas (Neuropsiquiatria, Otorrinolaringologia e saúde pública) com 4,7%. Novamente, ressaltamos a concentração de publicações na área de psicologia em comparação com a educação, sendo que a queixa escolar é um fenômeno que ocorre no espaço escolar.

No gráfico 01, apresentamos uma linha do tempo, indicando a quantidade de publicações sobre a queixa escolar.

Gráfico 01– Linha do tempo da quantidade de publicações sobre queixa escolar encontrados “SciELO Brasil” - Scientific Electronic Library Online



Fonte: elaboração própria com base nas informações no SciELO Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021.



Podemos observar, no gráfico 01, que a primeira publicação sobre o tema foi em 1992 e, depois disso, não encontramos publicações até 1997 quando foi publicado um único artigo. Observamos que houve uma publicação em 1999 e duas em 2001. Em 2005, ocorreu um aumento das publicações (3 artigos) e em 2006 (5 artigos). De 2007 a 2013 foi um período de oscilação entre 2 ou 3 publicações anuais. Já em 2014, 2015 e 2016, localizamos seis (6), cinco (5) e seis (6) artigos, respectivamente. Em 2017, houve novamente a publicação de apenas 1 artigo, em 2018 seis (6) artigos, em 2019 apenas um (1), em 2020 três (3) e 2021 um (1). A partir dessas informações, é possível notar que o interesse pelo tema enquanto objeto de pesquisa cresceu de modo significativo, embora, esse crescimento não tenha sido de forma constante ao longo dos anos.

Na tabela 03, apresentamos uma classificação dos tipos de estudos, conforme informações disponibilizadas.

Tabela 03 – Tipos dos estudos encontrados “SciELO Brasil” - Scientific Electronic Library Online.

Modalidade de publicação	Quantidade	%
Relato de estudo de campo	37	58,7%
Relato de pesquisa documental	8	12,7%
Relato de intervenção/experiência	8	12,7%
Artigo teórico/ensaio	6	9,5%
Artigo de revisão bibliográfica	2	3,2%
Resenha	2	3,2%
Total	63	100

Fonte: elaboração própria com base nas informações no SciELO Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021.

Ao caracterizar as informações por tipos de estudos, identificamos que houve uma maior concentração de estudos de campo, representando 58,7% do total. Em seguida, encontramos relatos de pesquisa documental e relatos de intervenção/experiência com 12,7%



cada. Os artigos teóricos ou ensaios teóricos representaram 9,5% dos artigos e artigos de revisão bibliográfica e resenhas de livros obtiveram 3,2% cada. Em relação a esse item, chamou-nos a atenção que a maioria das pesquisas esteve relacionada à pesquisa de campo. Como explicitaremos adiante, a atuação profissional foi o tema de maior interesse dos(as) pesquisadores(as) críticos e a leitura dos artigos indica uma preocupação com o fazer psicológico frente à queixa escolar.

5.2 Caracterização dos artigos da Psicologia e da Educação nas perspectivas não crítica e crítica

Dos 51 artigos das áreas da Psicologia e Educação encontrados, 39 deles (76,4%) foram classificados como artigos de perspectiva crítica e os demais (n=12, 23,5%) foram incluídos na perspectiva não crítica.

Quadro 1 – Classificação dos artigos na perspectiva crítica e não crítica com base em Souza, Silva e Yamamoto, 2014

Classificação dos artigos	Quantidade de Artigos
Perspectiva Não-crítica	12 artigos (23,5%)
Perspectiva Crítica	39 artigos (76,4%)

Fonte: elaboração própria com base nas informações no Scielo Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021 e no estudo de Souza, Silva e Yamamoto (2014).

No nosso entendimento, a totalidade dos artigos não críticos reduz e/ou prioriza, na compreensão dos fenômenos escolares, a investigação/intervenção de fenômenos individuais desconsiderando as dimensões institucionais, políticas e pedagógicas e relacionais.

No quadro 2, apresentamos a classificação dos artigos não críticos em relação à compreensão da queixa escolar que são apresentadas no estudo:

Quadro 2 – Classificação dos artigos não críticos quanto à compreensão da queixa escolar neles apresentadas



Perspectiva Não-crítica	12 artigos (23,5%)	10 artigos (83,3%) reduzem a queixas escolares a fenômenos de ordem emocional, cognitiva ou comportamental
		1 artigo (8,3%) reduz a queixa escolar a fenômenos relacionados ao contexto familiar
		1 artigo (8,3%) apresenta um programa de intervenção que desconsidera as dimensões institucionais, pedagógicos e/ou relacionais

Fonte: elaboração própria com base nas informações no Scielo Brasil, Scientific Electronic Library Online 2021

Como é possível observar, dentre os artigos não críticos, 10 (83,3%) reduzem as queixas escolares a fenômenos de ordem emocional, cognitiva e/ou comportamental; 1 artigo (8,3%) reduz as queixas escolares a fenômenos relacionados ao contexto familiar e 1 artigo (8,3%) mostra um programa de intervenção que desconsidera as dimensões institucionais, pedagógicas e/ou relacionais.

Diante de tais dados, em menor proporção, notamos a presença da Psicologia na Educação que, ainda, reverbera práticas profissionais tradicionais e individualizantes. Dazzani *et al* (2014), em artigo que investigou a produção científica sobre a queixa escolar entre 2002 a 2012, ao encontrar as mesmas publicações, asseveraram que “esses elementos devem ser entendidos numa complexa e dialética rede de relações e influências permeada por processos sociais, históricos, culturais, institucionais, políticos e econômicos, a qual, em sua integralidade, constitui a real determinante dos problemas de escolarização e da queixa escolar” (p.429).

Esses artigos que classificamos como não-críticos nos mostram os desafios de se trabalhar em direção ao processo de integração da família, do estudante e da escola, pensando em ações que garantam rupturas de estigmas e de situações cristalizadas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Todos os artigos citados anteriormente datam da década de 1990, 2000, 2010 e 2020, nos evidenciando que mesmo diante do início, a partir da década de 1980, de um movimento crítico em Psicologia Escolar para a superação de um modelo clínico, ainda estamos



caminhando para a compreensão das atribuições aos profissionais que trabalham com queixas escolares e as especificidades deste fenômeno.

Já em relação aos artigos categorizados como críticos, foi possível observar que, dos 39 artigos, 37 deles (95%) fazem menção a esta perspectiva. Além disso, excetuando 3 artigos (n= 36) que tratavam especificamente da “Orientação à Queixa Escolar”, 18 (50%) deles assumiram explicitamente aproximações e/ou citaram a obra “Orientação à Queixa Escolar” (SOUZA, 2007) em suas referências.

Na tabela 4, apresentamos os temas centrais abordados nos estudos críticos:

Tabela 4 - Temas centrais abordados nos estudos críticos.

Temas	Quantidade	%
Atuação do/a psicólogo/a	14	35,9%
Concepções sobre a queixa escolar	7	17,9%
Encaminhamentos de estudantes com queixa escolar	4	10,2%
Caracterização de demanda de clínica escola	3	7,7%
Especificidades de atendimento à OQE	3	7,7%
Medicalização	2	5,1%
Estudos de levantamento bibliográfico	2	5,1%
Indisciplina como queixa escolar	1	2,6%
Formação do psicólogo escolar	1	2,6%
Avaliação psicológica na queixa escolar	1	2,6%
Pesquisas em queixa escolar	1	2,6%
Total	39	100

Fonte: elaboração própria.

Como disposto na Tabela 4, em relação aos temas abordados pelos artigos críticos, foi possível observar uma preocupação em romper com análises e explicações que reduzem a queixa escolar a questões da ordem dos indivíduos.



Nesse sentido, os artigos críticos discutem e problematizam os seguintes temas que atravessam a queixa escolar: *atuação do/a psicólogo/a*, tendo sido encontrados 14 artigos (35,9%) que se dedicaram a esse assunto; concepções naturalizantes relativas à *queixa escolar* com 7 trabalhos (17,9%); os *encaminhamentos de estudantes com queixa escolar* compareceram como temas centrais de 4 artigos (10,2%); *caracterização da demanda* foi interesse de 3 publicações (7,7%) ; às especificidades do atendimento em “*Orientação à queixa escolar*” foram explicitadas em 3 artigos (7,7%), sendo um apresentando os princípios técnicos desta modalidade de trabalho, outro relacionando à adolescência e uma resenha sobre a obra “*Orientação à Queixa escolar*” organizada por Souza (2007); a *medicalização* foi abordada explicitamente em 2 trabalhos (5,1%); a questão da *indisciplina, a formação do/a psicólogo/a escolar* e a *avaliação psicológica da queixa escolar* foram tratados, cada um destes temas, em 1 artigo (2,6% cada). Ainda, encontramos uma resenha do livro (2,6%) “*Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano*” (LEONARDO; LEAL; ROSSATO, 2012) e 2 trabalhos (5,1%) analisaram a produção científica sobre a queixa escolar entre 1996 a 2012.

Observamos que a atuação do/a profissional psicólogo/a foi o tema sobre o qual houve maior interesse, indicando uma preocupação em relação aos modos com o que fazer destes/as profissionais traduzem na transformação - ou não - dos processos de produção do fracasso escolar. Dos 39 artigos considerados críticos, verificamos que 26 (65%) deles são resultantes de pesquisa (77% de campo e 23% documental) tendo comparecido como interesse predominante (n=11, 38%) a investigação sobre a atuação dos/as psicólogos; 9 (25%) tratavam-se de artigos teóricos e 4 apresentavam relatos de intervenção/experiência.

Ao finalizarmos a caracterização dos artigos encontrados, constatamos uma grande diversidade de temas (9) e um elevado quantitativo de artigos (39), então, optamos por realizar um recorte temático e analisar com maior detalhamento somente aqueles classificados como de perspectiva crítica sobre “concepções da queixa escolar” (7 publicações), por ter uma aproximação estreita com os objetivos desse levantamento.

5.2.1 A queixa escolar enquanto objeto de investigação: alguns apontamentos



Tomamos para uma análise mais aprofundada os 7 artigos que tratavam de “concepções da queixa escolar”, conforme detalhamento do quadro 3:

Quadro 3 - Detalhamento dos artigos “concepções da queixa escolar” considerando título, autores e ano de publicação, instituição e referências a psicologia escolar crítica e OQE.

Título do artigo	Autores/ano	IES	Psicologia escolar crítica?	OQE?
As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas	BRAY, LEONARDO (2011)	UEM	SIM	SIM
A queixa escolar na perspectiva de educadores da Educação Especial	ROSSATO, LEONARDO (2012)	UEM	SIM	---
A queixa escolar sob a ótica de diferentes atores: análise da dinâmica de sua produção	CUNHA et al (2016)	UFBA	SIM	SIM
Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico	LABADESSA, LIMA (2017)	USP	SIM	SIM
Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais	SCHWEITZER, SOUZA (2018)	UFSC	SIM	SIM
O Discurso Meritocrático nas Explicações Parentais de Crianças com Queixa Escolar	GARBARINO (2020)	UNIFESP	SIM	--
Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação	GARBARINO (2021)	UNIFESP	--	--

fonte: elaboração própria com base nos artigos analisados

A totalidade dos artigos sobre a queixa escolar trata de resultados obtidos pela realização de pesquisa de campo e os estudos são procedentes de 5 estados brasileiros. Neste levantamento, encontramos três trabalhos provenientes do estado de São Paulo, dois trabalhos do Estado do Paraná, um de Santa Catarina e um do Estado da Bahia. A informação referente à origem dos trabalhos é semelhante à encontrada por Dazzani *et al* (2014) sobre a maioria dos trabalhos ter sido produzida no Estado de São Paulo, porém, encontramos maior representatividade de outras regiões do país. Ainda, identificamos que, dos 7 artigos, apenas um (GARBARINO, 2021) não mencionou a Psicologia Escolar Crítica e a OQE e três (GARBARINO, 2020; GARBARINO, 2021; ROSSATO; LEONARDO, 2012) não citaram a OQE.

A leitura dos artigos permitiu compreender seus resultados em três eixos: 1) denunciam a necessidade de superação dos discursos que apontam os processos de



individualização e patologização dos impasses escolares (BRAY; LEONARDO, 2011; ROSSATO; LEONARDO, 2012; SCHWEITZER; SOUZA, 2018) e 2) denunciam atuação contrastante que, ora anuncia uma visão ampla e crítica dos fenômenos educacionais (CUNHA et al, 2016), ora indica um trabalho na rede que caminha em direção à produção do fracasso escolar (LABADESSA; LIMA, 2017) e 3) outras abordagens teóricas-metodológicas e a busca pela corresponsabilização dos diversos atores envolvidos no processo de escolarização (GARBARINO, 2020; GARBARINO, 2021).

1) denunciam a necessidade de superação dos discursos que apontam processos de individualização e patologização dos impasses escolares:

O artigo escrito por Bray e Leonardo (2011) apresenta um relato de pesquisa com o objetivo de verificar as compreensões sobre a queixa escolar de educadoras tanto da rede pública como da rede privada. Foram realizadas entrevistas com vinte e quatro educadoras, sendo metade delas oriunda de escolas públicas e a outra metade com educadoras de escolas particulares. As autoras analisaram os resultados obtidos nas entrevistas distribuídas nas categorias “Compreensão das participantes sobre as dificuldades de aprendizagem” e “Compreensão das participantes sobre problemas de comportamento”.

Em seguida, apontam estudos relacionados com a perspectiva crítica da Psicologia Escolar e Educacional e dão destaque à importância de se compreender a queixa escolar para além de um fenômeno individualizado. Para isso, Bray e Leonardo (2011) utilizaram contribuições de autores do materialismo histórico-dialético. Cabe destacar, também, que as autoras indicaram a importância de investir numa formação crítica do/a profissional psicólogo/a e de se desenvolver outras pesquisas sobre o tema.

Rossato e Leonardo (2012) realizaram uma pesquisa de campo com o objetivo de compreender as concepções de educadores sobre as dificuldades de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual que frequentam escolas especiais (APAEs). Foram entrevistadas 21 educadoras de três escolas especiais localizadas no Estado do Paraná. O estudo, explicitamente fundamentado nas contribuições da Psicologia Escolar Crítica e nas contribuições do psicólogo russo L.S. Vigotski, problematiza as concepções naturalizantes e biologizantes a respeito do processo de aprendizagem dos alunos, uma vez que as dificuldades



deste processo são tidas como comuns, um “caminho sem volta”, “coladas” aos sujeitos, derivadas da deficiência e, por conseguinte, desvinculadas da questão pedagógica.

As autoras defendem a necessidade de uma “análise ampla do contexto escolar e das múltiplas determinações que acarretam a queixa” (p. 22) tanto dos/as alunos/as da Educação Especial quanto da escola regular “a fim de que suas intelectualidades saiam do plano da invisibilidade, da negatividade, movimentando assim impossibilidades cristalizadas ao redor de naturalizações preconcebidas de desenvolvimento humano” (p.22).

Os estudos de Bray e Leonardo (2011) e Rossato e Leonardo (2012) ressaltam a necessidade de superação da lógica reducionista que naturaliza as questões da aprendizagem e “alicerça o trabalho de muitos educadores na Educação Especial” (p.22) e da Escola Regular e, portanto, consideramos que suas contribuições são coerentes com o referencial crítico da Psicologia escolar e da OQE, os quais já vêm, reiteradamente, sinalizando tal necessidade.

De maneira semelhante, Schweitzer e Souza (2018), com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos por profissionais de escolas públicas acerca da queixa escolar, entrevistaram professores, diretores e assistentes técnico-pedagógicos de escolas públicas municipais de um município da Grande Florianópolis. Os autores partem da definição de Souza (2007) sobre a queixa escolar e sobre a necessidade de considerar os diferentes sujeitos envolvidos na sua produção. Ainda, assinalam os saberes fundantes da Psicologia Escolar Crítica, dentre eles, as contribuições de Maria Helena Souza Patto e Marilene Proença Rebello de Souza.

Os resultados indicaram uma atribuição de culpabilidade aos próprios estudantes e a suas famílias em relação às queixas escolares. Ainda, as principais estratégias de atendimento tanto das escolas quanto dos professores centraram-se na própria criança e isentaram, na maioria das vezes, a escola da produção da queixa escolar, tendo sido observada a presença de discursos que naturalizam práticas que estigmatizam estudantes com dificuldades no processo de escolarização.

2) denunciam atuação contrastante que, ora anuncia uma visão ampla e crítica dos fenômenos educacionais, ora indica um trabalho na rede que caminha em direção à produção do fracasso escolar



Cunha *et al* (2016), com o objetivo de analisar a dinâmica de produção da queixa escolar entre, de um lado, professores e coordenadores pedagógicos e, de outro, profissionais de saúde que atuam em serviços de atenção à infância, realizaram entrevistas com cinco profissionais de educação de uma escola pública municipal e quatro profissionais de saúde que atendem casos de queixa escolar em serviços de atenção à infância de uma cidade de Salvador (BA).

Os autores partem das contribuições de Patto (1990) no que se refere aos processos de produção da queixa escolar e, também, da necessidade denunciada por Souza (2007) quanto à flagrante tendência histórica em enxergar de forma míope e abordar de modo reducionista os fenômenos educacionais. Os resultados ratificaram os achados da literatura crítica sobre queixa escolar e corroboraram os estudos de Bray e Leonardo (2011), Rossato e Leonardo (2012) e Schweitzer e Souza (2018), citados anteriormente, no que se refere aos “discursos dos profissionais de educação na medida em que apontam para os processos de individualização e patologização dos impasses escolares, bem como para as dinâmicas de desresponsabilização e terceirização do cuidado educativo” (p.244).

No entanto, os resultados relacionados aos profissionais de saúde contrastaram com as conclusões de diversos estudos sobre o assunto em uma perspectiva crítica, vez que tais profissionais, “longe de empreender intervenções em um modelo clínico e descontextualizado de atendimento, demonstraram possuir uma visão ampla e crítica dos fenômenos educacionais [...] no unânime esforço em estabelecer parcerias com as escolas [de forma] mais qualificada e integrada” (p.244). O acesso à pesquisa de Cunha *et al* (2016) leva-nos a uma certa esperança em relação à apropriação de uma leitura crítica dos fenômenos educativos, visto que a superação da miopia preemente desde a crítica fundante do fazer psicológico nesse contexto (PATTO, 1990) e toda produção decorrente que se ocupou de adensá-la ao longo dos anos, parece reverberar de alguma maneira, pelo menos na pesquisa em tela.

Já Labadessa e Lima (2017) apresentam uma pesquisa realizada em um município do estado de Rondônia, na qual abordam sobre o trabalho da rede com queixas escolares envolvendo orientadoras escolares, professores das classes regulares, professores das salas de recursos e uma psicóloga do Núcleo de Saúde. As autoras realizaram entrevistas com as orientadoras e psicóloga, além de uma análise documental dos encaminhamentos e laudos



referentes às queixas escolares. As autoras apontaram que a análise do material colhido e das entrevistas realizadas se dariam a partir da perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional.

Desse modo, os resultados denunciam para um trabalho na rede que caminha em direção à produção do fracasso escolar. Em contrapartida, as autoras colocam em relevo estudos que vão ao encontro da psicologia escolar crítica mencionando alguns fatores que precisam ser analisados a partir dos resultados obtidos, como: a responsabilidade da escola dentro do contexto da queixa escolar, o foco no laudo psicológico e em aspectos individuais dos/as atendidos/as, possibilidades de intervenção após o encaminhamento para a psicóloga e o trabalho em conjunto entre equipamento de saúde, agentes escolares, família e estudante.

Ao finalizarem suas contribuições, Labadessa e Lima (2007) traçam considerações sobre a importância de se pensar pelo viés da Psicologia Escolar e Educacional crítica ainda na graduação em Psicologia:

A literatura e as experiências em psicologia escolar crítica com atitudes revolucionárias já existem, assim como eventos que discutem e divulgam essas novas ideias, mas a postura política de muitos profissionais ainda não se modificou, inferimos disso que é urgente a modificação dos currículos universitários enfocando a formação crítica (e social) nos cursos de Psicologia brasileiros, bem como espera-se dos gestores educacionais sistemas de suporte e acompanhamento mais estruturados para discutir e enfrentar a queixa escolar (LABADESSA e LIMA, 2007, p. 376).

3) outras abordagens teóricas-metodológicas e a busca pela corresponsabilização dos diversos atores envolvidos no processo de escolarização

O artigo “O Discurso Meritocrático nas Explicações Parentais de Crianças com Queixa Escolar” (2020) retrata uma pesquisa documental em vista de discutir a leitura meritocrática do fracasso escolar e o mapeamento disto no discurso de participantes de um programa de extensão que atende crianças com queixa escolar. Em seus resultados, Garbarino (2020) aponta para o discurso individualizante dos adultos, o qual se representa na responsabilização da criança pela queixa apresentada, principalmente no que se refere a questões de concentração e atenção.



Na mesma direção da discussão das queixas escolares, Garbarino (2021) mostra um importante aspecto que perpassa o fenômeno da queixa escolar: as relações de gênero. O artigo “Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação” (2021) analisou 142 fichas de matrícula, 172 protocolos de observação e 10 registros de roda de conversa e constatou fenômenos sexistas incidindo sobre a queixa escolar com a qual se relaciona a agressividade física e impulsividade para meninos e o culto à beleza para as meninas.

Os dois artigos questionam a lógica hegemônica e sexista que desloca os processos escolares para o âmbito da saúde mental, evidenciando a condução de um trabalho institucional, compreendendo o fenômeno da queixa escolar em sua dimensão histórica e política, constituída pelas dimensões institucionais, pedagógicas e relacionais.

Importante destacar que os dois artigos de Garbarino (2020; 2021) mencionam a teoria construtivista piagetiana e também a psicanálise como fundamentação teórico-metodológica para as problematizações realizadas. Assim, na construção destes trabalhos, foi interessante notar a importância do interesse crescente de outras abordagens teóricas-metodológicas na busca pela responsabilização dos diversos atores envolvidos no processo de escolarização. As referências utilizadas pela autora em um de seus artigos não se relacionam diretamente ao referencial teórico crítico em Psicologia Escolar, no entanto utiliza

fundamentações teóricas que buscam a contextualização dos problemas educacionais e sociais, com uma visão abrangente sobre a origem das queixas escolares e uma busca pelo envolvimento dos diversos segmentos na superação das dificuldades (SOUZA, SILVA & YAMAMOTO, 2014, p. 138).

Neste sentido, entendemos que a utilização de referenciais teóricos referentes à clínica e à educação se direciona, apesar de uma pequena miscelânea teórica, a aceitação da conscientização como horizonte que exige transformar a perspectiva teórica-prática a partir da qual se trabalha, pressupondo que o/a psicólogo/a recoloca seu conhecimento e sua práxis acompanhando os sujeitos envolvidos na rede escolar.

Um aspecto convergente entre o presente levantamento e o realizado por Dazzani *et al* (2014) diz respeito ao fato de que, nos trabalhos encontrados, houve preocupação em reiterar a necessidade de entender a queixa escolar de forma ampliada e crítica, lançando um olhar sobre a imputação de responsabilização exclusiva aos pais e aos alunos, incluindo *questões*



escolares como possíveis produtoras e mantenedoras do fracasso escolar. Por outro lado, os dados do presente estudo parecem contrastar com o levantamento sobre a queixa escolar/ fracasso escolar/ dificuldade de aprendizagem de Leonardo, Leal e Rossato (2015) cujos resultados revelaram predominância das concepções centradas no indivíduo. É possível que esta divergência esteja relacionada ao recorte temporal do estudo de Leonardo, Leal e Rossato (2015) que investigou o período de 1996 a 2009, enquanto o presente estudo cobriu as publicações até o ano de 2021.

Além disso, as autoras citadas realizaram buscas em outros bancos de dados e indexadores nacionais e internacionais tendo o fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem como descritores, além da “queixa escolar”. Nesse sentido, é possível concluir que a discordância pode ser explicada pelo fato de que o termo “queixa escolar” esteja relacionado, mais especificamente, a perspectivas críticas, o qual emergiu como um ‘giro’ conceitual com centralidade nos processos de escolarização, conforme Dazzani *et al* 2014.

5.3 Relatos de experiência/intervenção à luz da Orientação à Queixa Escolar (OQE)

Conforme assinalamos anteriormente, selecionamos os relatos de intervenção/experiência para analisá-los à luz dos princípios técnicos da OQE pelo fato destes últimos se constituírem enquanto constructos teóricos que orientam práticas junto às queixas escolares.

Quanto aos relatos de experiência, no quadro 4, reunimos os princípios da OQE que pudemos apreender da literatura publicada (SOUZA,2006; SOUZA, 2007).

Quadro 4 – Princípios implícitos e explícitos proposta teórico-prática OQE

Princípios	Repercussões no atendimento
1. Oferecer espaços de expressões potentes	<ul style="list-style-type: none"> Nas conversas, atendimentos, questionários, permitir diferentes formas de expressar as versões (que envolvem linguagem, desenhos, representações).
2. Obter e problematizar as versões de cada participante da rede (criança, família e escola). Historicizar e contextualizar a queixa e escolarização da criança.	<ul style="list-style-type: none"> Conversas com família/responsáveis; Conversa com o estudante; Conversas com professor próximo ao estudante e outras figuras da dinâmica escolar; Ouvir cada versão dando credibilidade e respeito ao que é falado.



<p>3. Promover a circulação das informações pertinentes e integração ou confronto das mesmas dentro dessa rede, propiciando releituras e buscando soluções conjuntamente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Após conversas iniciais, fazer circular as versões com a discussão conjunta dos encaminhamentos e soluções.
<p>4. Identificar, mobilizar e fortalecer as potências contidas nessa rede, inclusive do próprio atendido, de modo a que esta passe a movimentar-se no sentido da superação da situação produtora da queixa e no alcance da autonomia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos atendimentos, identificar as potencialidades do estudante e não apenas o que ele “não consegue”, ressaltando as capacidades, interesses às dimensões família e escola; • Reconhecer as potencialidades da família e escola na condução da superação da queixa; • Valorização do movimento da rede nas propostas de encaminhamento e superação da queixa. Incentivo à autonomia.
<p>5. Não fragmentar o atendimento em etapas como avaliação/diagnóstico e intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos atendimentos, acredita-se na potência dos encontros iniciais em já promover mudanças significativas na compreensão e superação da queixa. Análise e intervenção acontecem de forma imbricada em uma relação dialética.

Quadro 4 – Princípios implícitos e explícitos proposta teórico-prática OQE (continuação/conclusão)

Princípios	Repercussões no atendimento
<p>6. Promover atendimentos coletivos quando possível - por meio do agrupamento proposital de estudantes, familiares para atendimentos coletivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Na contramão de práticas individualizantes, possibilitar atendimento em orientação à queixa escolar em grupo potencializa as reflexões sobre a multideterminação da queixa trazida. Possibilita a identificação entre pares e a circulação de saberes.
<p>7. Atenção à singularidade - Não utilizar protocolos/testes padronizados. Construir instrumentos para atendimento personalizados para cada atendimento/situação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Já nas entrevistas iniciais não há um protocolo de questões. Elas fluem de acordo com a queixa trazida e com o objetivo de identificar prioritariamente as dimensões institucionais e relacionais que ocorrem na escola. Há ênfase para o histórico dos fenômenos escolares. Para os atendimentos, há liberdade na escolha de estratégias e personalização conforme o caso, com incentivo ao uso da criatividade considerando o contexto e objetivos.
<p>8. Promover Relações horizontais entre psicólogo-escola-estudante-familiares/responsáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não há uma valorização do saber psicológico em detrimento aos demais. Há um reconhecimento dos diferentes saberes, vivências em relação ao estudante atendido e potencialização do papel de cada um na implicação quanto à resolução da queixa apresentada.

Fonte: elaboração própria com base em SOUZA (2006) e SOUZA (2007)

Com base nos princípios apreendidos, procedemos a análise de 3 artigos que eram relatos de experiência/intervenção e que foram classificados como pertencentes à perspectiva crítica³. O primeiro deles, intitulado “Estudar também se aprende: contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação” (LUCENA, ANDRADE-BOCCATO e TULESKI, 2018) teve por objetivo relatar as atividades de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Maringá por estagiários do último período de Psicologia. É anunciado que o projeto é baseado

³ Nessa seleção excluímos o artigo “Orientação à Queixa Escolar” de Freller et al (2001) por ter como uma das autoras, Beatriz de Souza, umas das criadoras da OQE enquanto proposta teórico-prática.



no referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural e que a intervenção é realizada em uma escola estadual desde o ano de 2008.

As autoras descrevem a intervenção baseadas na leitura dos relatórios de estágios anteriores, entrevistas com a direção, pedagoga e orientadora dos sétimos anos, onde se constatou que a queixa escolar era falta de interesse pelos estudos e defasagem na aprendizagem. O projeto de intervenção foi elaborado e apresentado aos professores e coordenação pedagógica. No primeiro encontro com os estudantes, foram avaliados os hábitos de estudos por meio de um questionário. Na primeira etapa de intervenção, estes hábitos foram discutidos com os estudantes e acordou-se com a possibilidade de apropriação do conhecimento por meio do desenvolvimento de organização para a atividade de estudo.

Na segunda etapa da intervenção, foram trabalhados os métodos de estudo: “resumo, paráfrase, esquema e organizadores gráficos” (p. 5) com organização de cunho prático e adaptado às características dos grupos. Ao final, os estudantes revisaram os conceitos aprendidos por meio de uma gincana. As autoras indicam como resultados positivos que professores mudaram a concepção em relação à aprendizagem dos estudantes acreditando nas potencialidades deles. Ressaltam, como limitações, a necessidade de maior envolvimento dos docentes, inclusive com a adoção dos métodos de estudos ensinados durante as próprias aulas.

O segundo relato intitulado “Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar” (OLIVEIRA, BRAGAGNOLO e SOUZA, 2014) teve como objetivo descrever uma experiência de intervenção voltada para estudantes com histórico de fracasso escolar e que procuraram uma clínica escola de psicologia de uma universidade privada de Palhoça, Santa Catarina. A intervenção se pautou em 3 formas de atendimento: atendimentos individuais e grupais para estudantes e para pais/cuidadores e um grupo chamado de “InterAção” com os professores desses estudantes.

As autoras do artigo fazem menção ao referencial teórico da Psicologia Histórico-cultural como balizador das ações de atendimento e citam os estudos de Fernandes (2007), Souza (2007) e Souza (2010), como referencial para os procedimentos metodológicos, sendo as duas últimas autoras responsáveis pela implementação da OQE na USP. Também mencionam reflexões a partir da perspectiva da escola como produtora do fracasso escolar, denunciada por Patto (1990). Ainda, relatam que os estudos e atendimentos realizados na



clínica-escola “têm como princípio norteador a compreensão do “fracasso escolar” como um fenômeno multifacetado, imbricado numa rede de relações que inclui escola, família e estudante” (p. 478).

Por fim, o terceiro relato trata da queixa escolar mas não ocorre no espaço da escola. O artigo “O atendimento a queixas escolares no CRAS” apresenta uma forma de atuação do psicólogo frente às queixas escolares que estão associadas a questões sociais (SARAIVA, 2018). O autor tece um relato de experiência com grupos multifamiliares devido ao descumprimento da condicionalidade “frequência escolar” para beneficiários do Programa Bolsa Família. Neste relato, a queixa escolar é a própria infrequência escolar. Em um CRAS da grande São Paulo era comum o encaminhamento de dezenas de famílias que eram advertidas ou tinham seus benefícios cancelados por não garantirem a frequência escolar mínima de seus filhos. Diante dessa queixa escolar que implicava, inclusive, em um maior risco social aos estudantes e famílias e na perda da oportunidade de transformação social possibilitada pelo acesso à educação, o CRAS criou uma “nova modalidade de atendimento, inspirado na orientação à queixa escolar, conforme proposto por Souza, B (2010)⁴” (SARAIVA, 2018, p. 216).

Assim, na intervenção breve e focal com as famílias (10 a 15 participantes) eram “discutidas possíveis razões para o recebimento da sanção, aos moldes da triagem de orientação proposta pela autora” (p. 216) . Os encontros duravam em torno de duas horas, prezando por uma relação horizontal com os participantes, em uma discussão dos fatores da infrequência escolar dos filhos. Os encontros (que também podiam ser únicos) revelavam não haver relação entre a queixa e questões familiares e sim, estavam relacionadas a certos funcionamentos escolares (dificuldades de deslocamento/transporte, dificuldades de adquirir materiais escolares/uniformes, falta de vagas em inícios de períodos letivos, situações de violência institucional, adolescentes não alfabetizados que não viam sentido em entrar nas aulas). A partir do que as famílias relataram, o CRAS buscava um diálogo com as escolas, visitas e discussão dos casos.

⁴ Aqui o autor faz menção ao livro Orientação à Queixa Escolar, edição de 2010. Em outros artigos encontramos a menção ao mesmo livro, publicado em 2007.



Conforme podemos observar, as três intervenções possuem ações metodológicas que contemplam princípios da OQE. Porém, no primeiro relato de Lucena, Andrade-Bocato e Tuleski (2018), as autoras não fazem nenhuma menção à adoção do referencial teórico da OQE. Apesar de identificarmos vários elementos presentes que comungam da OQE e outros que se distanciam, não procedemos uma análise deste à luz dos princípios da técnicos anunciados por não ser a proposta das autoras de se vincular a esse referencial. A análise seguiu de forma mais aprofundada com os dois artigos de Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014) e Saraiva (2018) que anunciaram a assunção a tais princípios.

Em relação ao cuidado em *oferecer espaços de expressões potentes, e obter e problematizar as versões* de todos os envolvidos na queixa escolar, podemos perceber que esses princípios aparecem contemplados em Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014), pois escutam professores, pais e estudantes, inclusive sobre detalhes de seu percurso escolar sob sua própria ótica:

Assumi-se, então, o compromisso de ouvir as crianças/estudantes, de ouvir as histórias que contavam sobre si mesmas, ou seja, os sentidos que imprimiam à sua trajetória de escolarização - crianças/sujeitos que expressavam sua compreensão sobre o que se vive na escola (p. 476)

Em Oliveira, Bragagnolo e Souza (2014), inclusive, a diversidade de recursos e estratégias utilizadas para coletar as versões e realizar as intervenções é mencionado explicitamente “foram utilizados roteiros de entrevista, desenhos, redações, vídeos, diários, fotografias, cartas, brinquedos, jogos, literatura infanto-juvenil, revistas, sites da internet, cadernos escolares e avaliações como recursos técnicos” (p. 479).

No trabalho de Saraiva (2018) há a coleta detalhada da versão dos familiares em relação à queixa escolar (infrequência escolar) mas não é possível identificar se o próprio estudante é ouvido. A escola também parece ser ouvida somente em situação de mediação, para esclarecimentos.

Ao que se refere-se ao princípio de *promover a circulação das informações*, nos relatos de Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014) e Saraiva (2018) são bem demarcadas situações de devolutiva e discussão dos encaminhamentos. Quanto ao princípio *identificar, mobilizar e fortalecer as potências contidas nessa rede*, apreende-se, pelo relato, que Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014) mobiliza as potências de todos os envolvidos na rede, porém não é



possível identificar se há uma ênfase nas potencialidades dos estudantes. O mesmo ocorre em Saraiva (2018) que parece envolver e ouvir em profundidade famílias e escolas, mas não há interlocução com o próprio estudante.

O princípio de *não fragmentar o atendimento em etapas* (de diagnóstico e intervenção) reconhece a potência do atendimento único para a resolução da queixa escolar e também de uma intervenção sensível ao contexto, a novas informações, em um processo de construção a partir da queixa e suas particularidades. Apenas o relato de Saraiva (2018) deixa explícita essa não divisão. Em Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014) fica implícito que as observações, conversas e entrevistas ocorrem de forma concomitante à intervenção, utilizando, inclusive, o recurso de observação participante nos atendimentos individuais.

Importante destacar que todos os relatos desenvolveram propostas de *intervenção prioritariamente coletivas*, atendendo essa indicação de promoção de atendimentos grupais, quando possível. Em Oliveira, Bragagnolo, Souza (2014), a depender da queixa escolar de alguns estudantes que foram atendidos individualmente, havia a proposição de continuidade com atendimentos em grupo. A modalidade de atendimento à família e à escola também era grupal.

Os dois relatos, também não faziam uso de testes ou instrumentos padronizados ou algum protocolo pré-determinado. Em muitos momentos dos artigos, apreende-se a flexibilidade de mudar/propor intervenções de modo a considerar as particularidades do grupo atendido, indicando seguir o *princípio de atenção à singularidade*.

Por fim, o princípio de *estabelecer relações horizontais* nas quais não se evidenciasse uma valorização do saber da Psicologia em detrimento aos demais ficou evidente no relato de Oliveira, Bragagnolo e Souza (2014) e Saraiva (2018) devido à menção de construções coletivas de estratégias em um espaço de escuta bastante horizontal.

Ambas experiências indicam resultados em relação à resolução e encaminhamento da queixa escolar. Oliveira, Bragagnolo e Souza (2014) evidenciam uma potencialização dos estudantes e compreensão dos professores que as queixas não são decorrentes de questões individuais, contribuindo para a não estigmatização dos estudantes e não medicalização da queixa.



Saraiva (2018), por sua vez, tem como resultados a compreensão da queixa da infrequência escolar para além do estereótipo de culpabilização das famílias ou da pobreza. Nesse sentido, são desvelados fatores escolares relacionais e institucionais que têm implicância direta com a queixa e, portanto, também, dependem da escola para alcançar mudanças. Fatores sociais, como problemas com transporte escolar, cobranças de taxas que os pais não têm condições de arcar, dificuldades para compra de uniformes e materiais escolares e ausência de vagas para determinados períodos do ano são alguns exemplos de justificativas apresentadas para a infrequência escolar e que são, equivocadamente, responsabilizadas unicamente às famílias. Além dessas, destaca-se os adolescentes que faltam às aulas por não serem alfabetizados e, portanto, não vêem a escola como possibilidade e pertencimento.

Os dois relatos são de intervenções em ambientes muito distintos. Enquanto Oliveira, Bragagnolo e Souza (2014) desenvolvem a experiência em um serviço-escola conduzidos por estudantes universitários, assim como ocorre na USP, berço da OQE, o estudo de Saraiva (2018) é realizado em um Centro de Referência de Assistência Social. Essa constatação demonstra a viabilidade de aplicação dos princípios da OQE para atendimento a queixas escolares independente do espaço/local onde são acolhidas. O trabalho de Saraiva (2018) indica que é possível esse olhar cuidadoso para a queixa e seus envolvidos, considerando sua dimensão social, que nesse caso, é a principal justificativa para o acolhimento da queixa em um CRAS.

Uma questão que nos chamou a atenção se refere ao fato de que nenhuma das experiências relatadas foi realizada em instituições escolares, uma vez que os princípios técnicos da OQE podem ser, igualmente, orientadores de práticas de natureza institucional. Esperamos que, com a aprovação da Lei 13.935/2019, que prevê a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais na Educação Básica, tenhamos modificações nesse cenário.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a produção científica brasileira mostra que a queixa escolar vem sendo um fenômeno amplamente estudado por profissionais da Psicologia e da Educação em uma perspectiva crítica, como pode-se perceber nos seguintes dados: dentre os 51 artigos das áreas da Psicologia e Educação encontrados, 39 deles (76,4%) ampliam o olhar sobre esse fenômeno ao compreendê-lo criticamente em suas múltiplas dinâmicas. Os outros 12 artigos (23,5%) foram incluídos na perspectiva não crítica, pois estabelecem avaliações individualistas e centradas nas crianças ou em suas famílias.

A análise dos artigos que tratam de *concepções sobre a queixa escolar* em uma perspectiva crítica aqui descritos levou-nos ao entendimento do impacto das postulações teórico-práticas da Psicologia Escolar Crítica e da OQE no sentido de dar visibilidade à multideterminação do fenômeno, profícua tanto enquanto pressuposto norteador de pesquisas como de práticas educativas e do campo da Psicologia. Em função da localização de publicações que consideramos não críticas que caminham na contramão desta discussão, os resultados nos levaram a refletir sobre a Psicologia enquanto ciência e profissão marcada por um corpo heterogêneo que ainda se encontra diante o desafio do compromisso ético-político da Psicologia Escolar e Educacional de romper com concepções e práticas reducionistas, compreendendo os(as) psicólogos(as) escolares como profissionais da educação, e não como profissionais de saúde que ocupam e prestam um serviço para a educação.

Não obstante, a presença de artigos críticos e não críticos evidencia o movimento dialético da atuação profissional e da produção científica brasileira e o elevado percentual de produções científicas seguiram orientadas por denúncias e pela visibilidade de rupturas teórico-metodológicas no atendimento à queixa escolar, corroborando para a luta coletiva que anseia transformações nas esferas da Psicologia e da Educação. Nesse processo, destacamos a grande contribuição do aporte teórico-metodológico produzido pela Orientação à Queixa



Escolar, havendo grande repercussão nas pesquisas sobre a queixa escolar, por suas contribuições, para práticas consonantes com a Psicologia Escolar Crítica.

À guisa de sugestão, entendemos que pesquisas que visem caracterizar e analisar a produção científica nacional em relação às contribuições da Orientação à Queixa Escolar em outros bancos de dados e/ou em anais de eventos poderão possibilitar uma compreensão mais ampliada sobre as práticas de psicólogos/as que trabalham com essa modalidade de atendimento os/as quais, diante das exigências dos periódicos científicos, não publicizam suas experiências em revistas indexadas como a SciELO-Brasil.



7 REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M. D. et al. Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 22, n. 1, pp. 73-81, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018010144>> Acesso em: 31 Outubro 2021.

BRAY, C. T.; LEONARDO, N. S. T. As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 15, n. 2, pp. 251-261, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000200007>>. Acesso em: 21 Novembro 2021

BUENO, J. G. S.; OLIVEIRA, A. M. R. de. Balanço tendencial das dissertações e teses sobre dificuldades de aprendizagem (1987-2010). **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 166-188, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635399>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CARNEIRO, C.; COUTINHO, L. G. Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?. **Educar em Revista** [online], v. 0, n. 56, pp. 181-192, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.37764>> Acesso em: 31 Outubro 2021

CHIODI, C. da S.; FACCI, M. G. D. O processo de avaliação psicológica no estado do Paraná. **Fractal: Revista de Psicologia** [online], v. 25, n. 1, pp. 127-144, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000100009>>, Acesso em: 31 Outubro 2021

CUNHA, E. de O. et al. A queixa escolar sob a ótica de diferentes atores: análise da dinâmica de sua produção. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online], v. 33, n. 2, pp. 237-245, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200006>>. Acesso em: 21 Novembro 2021

DAZANNI, M. V. M. et al. Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 18, n. 3, pp. 421-428, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>> Acesso em: 21 Novembro 2021

ELIAS, L. C. dos S.; MARTURANO, E. D. Oficinas de linguagem: proposta de atendimento psicopedagógico para crianças com queixas escolares. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online], v. 10, n. 1, pp. 53-61, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100007>>. Acesso em: 31 Outubro 2021



FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; SOUZA, M. P. R. (Orgs). **Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

FERNANDES, A. M. D. et. al. Histórias e práticas do sofrer na escola: múltiplos atos/atores na produção do “aluno-problema”. In: MACHADO, A.; FERNANDES, A.; ROCHA, M. da (Orgs.). **Novos Possíveis no encontro da Psicologia com a Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, pp. 145-166.

FERREIRA, A. A.; CONTE, K. de M. ;MARTURANO, E. M. Meninos com queixa escolar: autopercepções, desempenho e comportamento. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online], v. 28, n. 4 , pp. 443-451, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400005>> Acesso em 31 Outubro 2021.

FRELLER, C. C. et al. Orientação à queixa escolar. **Psicologia em Estudo** [online]., v. 6, n. 2, pp. 129-134, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200018>>.Acesso: 31 Outubro 2021

GARBARINO, M. I. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 26, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260011>> Acesso em 20 Novembro 2021

GARBARINO, M. I. O Discurso Meritocrático nas Explicações Parentais de Crianças com Queixa Escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. v. 40, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003195858>>. Acesso em: 31 Outubro 2021

LABADESSA, V. M.; LIMA, V. A. de A. Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 21, n. 3, pp. 369-377, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131116>>. Acesso em: 21 Novembro 2021

LEONARDO, N. S.T.; LEAL, Z. F.R.G; ROSSATO, S.P.M. **Pesquisas em Queixa Escolar. Desvelando e desmistificando o cotidiano escolar**. 1ª ed. Maringá: EDUEM, 2012.

LEONARDO, N. S. T., LEAL, Z. F. de R. G.; ROSSATO, S. P. M. A naturalização das queixas escolares em periódicos científicos: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 19, n. 1 , pp. 163-171, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191816>> Acesso em: 22 Novembro 2021

LEONARDO, N. S. T.; LEMES, M. J.; FACCI, M. G. D. O psicólogo diante da queixa escolar: possibilidades de enfrentamento. **Ensino Em Re-Vista**, 23(1), 275-302, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/35444/18641>>.Acesso em: 31 de outubro de 2021.

LESSA, P. V; SOUZA, M. P. R. Avaliação psicológica na perspectiva histórico-cultural: o que o psicólogo escolar pode fazer? In: FACCI, M. G. D.; LEONARDO, N. S. T.; SOUZA, M. P.



R. (Orgs). **Avaliação psicológica e escolarização**: contribuições da psicologia histórico-cultural. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

LIMA, D. de P., PRADO, M. B. e S.; SOUZA, B. de P. Orientação quanto à queixa escolar relativa a adolescentes: especificidades. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. v. 18, n. 1, pp. 67-75, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100007>>. Acesso em: 4 Novembro 2021.

MARTURANO, E. M., TOLLER, G. P. e ELIAS, L. C. S. Gênero, adversidade e problemas socioemocionais associados à queixa escolar. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. v. 22, n. 4, pp. 371-380, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000400005>>, 2005. Acesso em: 31 Outubro 2021.

MEIRA, M. E. M. Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. *In*: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (Orgs.), **Psicologia e educação**: desafios teórico práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, pp. 35-71.

OLIVEIRA, J. L. A. P., BRAGAGNOLO, R. I. e SOUZA, S. V. Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 18, n. 3, pp. 477-484, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183770>> Acesso em: 23 Novembro 2021.

PATTO, M. H. de S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PATTO, M. H. de S. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. **Psicologia USP** [online], v. 8, n. 1, pp. 47-62, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004>>. Acesso em: 15 Novembro 2021.

ROSA NETO, F. et al. O esquema corporal de crianças com dificuldade de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 15, n. 1, pp. 15-22, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000100002>> Acesso em: 31 Outubro 2021.

ROSSATO, S. P. M.; LEONARDO, N. S. T. A queixa escolar na perspectiva de educadores da Educação Especial. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 16, n. 1, pp. 15-23, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100002>> Acesso em: 21 Novembro 2021.

SARAIVA, L. F. O. O atendimento a queixas escolares no CRAS. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 22, n. 1, pp. 215-217, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018011944>>. Acesso em: 31 Outubro 2021.

SCHNEIDER, A. C. B., SOUZA, A. P. R.; DEUSCHLE, V. P. Intervenção fonoaudiológica com gêneros textuais em um grupo de escolares. **Revista CEFAC** [online], v. 12, n. 2, pp. 337-345, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-18462010000200022>>. Acesso em: 31 Outubro 2021.

SCHWEITZER, L.; SOUZA, S. V. Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 22, n. 3, pp.



565-572, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018034949>>. Acesso em: 4 Novembro 2021.

SILVA, C.; BARRETTO, E. S. de S. (In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa** [online], v. 44, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844165933>> Acesso em: 20 Novembro 2021.

SOUZA, B. de P. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, B. de P. Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 26, n. 2, pp. 312-319, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200012>> Acesso em: 7 Novembro 2021.

SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. M. C.; YAMAMOTO, K. (Orgs.) **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU, 2014

SOUZA, M. P. R. (Org.). **Ouvindo crianças na escola: abordagens qualitativas e desafios metodológicos para a psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, M. P. R. Problemas de aprendizagem ou problemas na escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em Psicologia. In: TRENTO, D.; OLIVEIRA, M.; REGO, T. (Org.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. vol 1., 2. ed. São Paulo: Moderna, p. 177-196, 2008.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Orgs.). **Psicologia escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TOASSA, G. Orientação à queixa escolar: uma nova prática em psicologia clínica. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 13, n. 1, pp. 167-168, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100019>>. Acesso em: 20 Novembro 2021.